

2010/07/11

O INSTRUMENTO MILITAR COMO PRODUTOR DE SEGURANÇA E DESENVOLVIMENTO NOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA. CONTRIBUTOS PARA UMA ESTRATÉGIA DE SEGURANÇA NACIONAL[1]

Luís Brás Bernardino[2]

Como temos vindo a constatar, a Política Externa dos Estados contemporâneos encontra-se, parcial e crescentemente, apoiada no emprego do seu Instrumento Militar, mais concretamente no empenhamento das suas Forças Armadas. As Forças Armadas passaram a ser um mecanismo proactivo da Política Externa dos Estados, encontrando-se dimensionadas para servir de instrumento privilegiado de acção estratégica e elemento de projecção da influência, do poder e dos interesses do Estado, onde quer que estes existam, pois as fronteiras geográficas dos países não se constituem como condicionantes de uma acção estratégica global.



Neste novo quadro geopolítico, temos assistido à globalização das políticas, das economias, e dos aspectos relacionados com a segurança e defesa, pois sem segurança global não existe desenvolvimento mundial e sem desenvolvimento sustentado à escala universal, não teremos segurança no mundo actual.

Segundo este paradigma de modernidade, as Forças Armadas passaram a assumir outro protagonismo nas dinâmicas actuais das Relações Internacionais, pois são vistas como elementos activos da Política Externa dos Estados, em que a par da Diplomacia (nas múltiplas vertentes) e de outros instrumentos privilegiados de acção estratégica do Estado, podem ser empregues antes, durante e após as crises, ocupando todo o espectro da curva da conflitualidade, conferindo-lhes desta forma um vasto leque de modalidades de emprego, uma dinâmica inovadora e uma prevalência de acção muito maior.

As Forças Armadas passaram a preocupar-se em criar as condições para alcançar e manter a paz, em complemento das actividades operacionais de fazer a guerra, aquela para que tradicionalmente tinham sido criadas.

Neste novo quadro geoestratégico, ao serviço de Estados e de Organizações, as Forças Armadas começaram a ser empregues como instrumento produtor de segurança e de desenvolvimento sustentado, passando a ser multidimensionais na forma de fazer a paz e multidisciplinares na forma de ajudar a construir o desenvolvimento pela segurança.

Em Portugal, no quadro das relações bilaterais com os Países Africanos de Língua Portuguesa, a Cooperação Técnico-Militar tem constituído um dos melhores e mais efectivos instrumentos da nossa Política Externa para África.

Neste prisma, e num contexto em que se pretende definir novos alinhamentos estratégicos para as questões da segurança e da defesa, onde o Estado procura otimizar e racionalizar o uso do seu Instrumento Militar, pretende-se uma postura que se quer mais abrangente, proactiva e proficiente.

Assim, pensamos que fará porventura sentido reflectir sobre o emprego das Forças Armadas como produtor estratégico de segurança e de desenvolvimento sustentado nos Países de Língua Portuguesa e perspectivar quais os contributos que podem dar para uma Estratégia de Segurança Nacional.

Assunto sobre o qual, modestamente, procuramos fazer uma reflexão académica, defendendo o conceito de “bi-multilateralidade” da Cooperação Técnico-Militar no seio das Forças Armadas e muito em particular com o envolvimento do Exército Português como elemento mais activo e na vanguarda de uma estratégia de cooperação militar que se constitua como agente da Política Externa de Portugal.

Começo por salientar que as nossas Forças Armadas através da participação em operações de apoio à paz vêm, ao serviço de Portugal, contribuindo para a segurança e desenvolvimento global, despertando a atenção da opinião pública e dos agentes do Estado, consubstanciada num quadro de orientações político-estratégicas permanentes, consensualmente adoptadas por sucessivos Governos.

Este enquadramento político-estratégico permitiu o envolvimento de milhares de homens e mulheres que ao longo de mais de 20 anos vêm servindo Portugal, ao serviço das suas Forças Armadas, como actores “anónimos”, mas empenhados e activos da Política Externa de Portugal no mundo.

Importa neste contexto salientar que, sob a égide das Organizações Internacionais com quem assumimos compromissos ao nível do Estado, as Forças Armadas têm participado desde 1991, de forma ininterrupta, em operações de resposta a crises.

Nestas missões foram empenhados milhares de Oficiais, Sargentos e Praças dos três Ramos das Forças Armadas, com especial incidência no ramo “Exército”, tendo sido projectados mais de 36.000 militares e diversos meios de terra, mar e ar para 20 teatros de operações espalhados pelo mundo, com presenças muito significativas nos Balcãs, no Médio Oriente, em Timor-Leste e em África.

Salienta-se ainda que Portugal, através do Ministério da Defesa Nacional, com o envolvimento da Direcção-Geral de Política de Defesa Nacional, e em especial empenhamento do Exército Português (pois a grande maioria dos projectos de cooperação militar estão atribuídos a esta componente), vem desenvolvendo desde 1990, uma Cooperação Técnico-Militar estruturada e proactiva com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e desde 2002, com Timor Leste.

O principal objectivo de Portugal neste enquadramento tem sido o de contribuir para que as Forças Armadas destes países sejam vistas, de forma sustentada, como um mecanismo de salvaguarda da soberania e da estabilidade, contribuindo para a consolidação do Estado.

Principalmente através de actividades direccionadas para áreas chave da boa governação como seja a reestruturação da estrutura superior da Defesa Nacional e das Forças Armadas, a formação de quadros, a melhoria das infra-estruturas e das capacidades operacionais e ainda com contribuições significativas para o aperfeiçoamento das condições ao nível do ensino e da saúde militar.

Estes sucessivos empenhamentos conduziram a um processo de permanente reajustamento das capacidades, das doutrinas e do modo de operar do vector militar nos novos cenários internacionais emergentes, concretamente em termos de redimensionamento dos meios, reestruturação da capacidade de comando e controlo e ao nível do reequipamento, constituindo-se num dos principais desafios para as Forças Armadas modernas, o de fazer mais e melhor com muito menos...

Na actual conjuntura, constatamos que o emprego equilibrado e permanentemente sob reavaliação dos recursos humanos e materiais, a par de reajustamentos organizacionais e legislativos, têm em vista capacitar a componente militar da Defesa Nacional para fazer face às novas exigências geoestratégicas no quadro da nossa Política Externa.

Assim, foi dado particular relevo à formação dos quadros e ao treino operacional, que permitiu uma melhor adaptação dos militares às novas e mais exigentes missões, com vista a capacitá-los para actuarem em cenários mais complexos e por isso mais exigentes, conferindo-lhes novas competências e saberes, quer estejam integrados em Forças Nacionais Destacadas, num Quartel-General, em acções de assessoria militar ou em actividades de Cooperação Técnico-Militar.

As Forças Armadas e mais em concreto o Exército, têm sabido ao longa da nossa história recente, num quadro de modernização dos equipamentos e de ganho de proficiência dos seus militares, assegurar respostas concretas aos novos desafios de actuação, procurando criar condições que permitam enfrentar melhor os novos e exigentes requisitos operacionais, contribuindo para honrar Portugal no mundo.

Mais recentemente, as Grandes Opções do Plano (2010-2013)[3], publicadas em Diário da República em 20 de Janeiro de 2010 e a Directiva Ministerial de Defesa (2010-2013)[4], de 31 de Março de 2010, através das orientações político-estratégicas emanadas, complementam e patrocinam as supracitadas ideias.

Constatamos ainda que Portugal, pretende continuar a constituir-se como uma voz activa na cena internacional e a ter um papel crescente no seio das Organizações a que pertencemos, potenciando o emprego do vector militar como agente do multilateralismo e assumindo um papel dinâmico nas suas estratégias de apoio ao desenvolvimento pela segurança.

“...Para o Governo, o desempenho das missões internacionais em que Portugal está (continuará a estar) envolvido no quadro das organizações internacionais a que pertence, constitui não só um factor de credibilização do país, mas também uma oportunidade de modernização das próprias Forças Armadas. Consequentemente, a prossecução dos investimentos na Defesa e o respeito pelos compromissos internacionais do Estado constituem objectivos essenciais...” (GOP, 2010, p.82)

“...Intensificar as relações bilaterais e multilaterais com a Comunidade de Países de Língua Portuguesa em matéria de defesa, estreitando em todos os âmbitos a Cooperação Técnico-Militar e a colaboração na reforma dos sectores de segurança e defesa. Neste âmbito, a DGPDN estabelecerá, em coordenação com o EMGFA e ramos, os programas quadro de cooperação técnico-militar...” [...] “...Intensificar as relações externas de defesa e a cooperação com os países vizinhos e com os da área de interesse estratégico para Portugal...” (DMDN, 2010, p.4)

Contudo, ambos os documentos são, na senda de outros que os antecedem, na nossa opinião, demasiadamente segmentados e inflexíveis quanto ao teor bilateral e multilateral da nossa cooperação militar, quando reconhecemos que no contexto das Relações Internacionais, a fronteira entre os deveres e direitos dos Estados e das Organizações não é tão marcante.

Quer isto dizer, que não se pode saber o que se passa num país sem saber o que se passa na Organização Regional onde se insere, e de igual forma, não parece ser adequado cooperar e interagir com as Organizações sem se procurar entender a política dos Estados que a integram.

Contudo, sabemos que os recursos são escassos e que os propósitos e as solicitações são imensos, cabendo em cada momento definir objectivos e atribuir graus de prioridade para as estratégias, especialmente as que assentam no emprego do Instrumento Militar, e nomeadamente no quadro da Política Externa.

Estamos a falar no inovador quadro de cooperação militar “bi-multilateral”, onde a desejável e necessária participação de Portugal na União Africana (UA) ou nas Organizações Regionais Africanas, principalmente onde participam os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), contribui indubitavelmente para reforçar a presença Portuguesa em África, podendo assim constituir-se como facilitador de inserção em espaços regionais pouco ou nada explorados pela actual Política Externa Portuguesa.

Neste contexto e em complemento, entendemos que uma Estratégia de Segurança Nacional, deve abranger os espaços donde podem derivar as nossas principais ameaças e se tivermos uma participação activa nessas regiões, melhor compreenderemos o nível de risco que pode daí derivar...

Por outro lado, para Portugal, como membro da UE e pretendendo constar como um elemento activo na cooperação para África, ao alinhar procedimentos com a Estratégia Conjunta África-UE, pode constituir-se na “charneira” entre países, organizações e continentes, actuando como um dos principais agentes da Política Externa da União Europeia para o continente africano.

Portugal, encontrando-se no vértice do triângulo estratégico com África, pode assumir uma preponderância nas relações económicas, sociais, políticas e diplomáticas com este continente, que tem consequências directas na Política Externa de Segurança e Defesa (PESD) Europeia.

Neste prisma, a Política Externa de Segurança e Defesa, encontra-se orientada para a promoção dos valores do Estado de

Direito e da boa governação, apostando na capacitação das Forças Armadas na Reforma do Sector da Segurança (RSS) dos Estados como forma de criar as condições para um desenvolvimento sustentado em segurança, onde Portugal pode e deve ter um papel estrategicamente relevante.

Importa referir neste contexto, que também no quadro da NATO, Portugal é um dos elementos fundamental na inserção em África e na ligação com as Organizações Regionais Africanas, fundamento da estratégia de actuação da Aliança e tendo em vista a consecução das recentes intervenções neste continente.

Com efeito, sendo Portugal membro fundador da OTAN e estando instalado em território nacional um dos seus actuais Comandos de nível Operacional (Joint Force Command Lisbon), precisamente o de “vocação africana”, não podemos deixar de ter um envolvimento mais activo na actual abordagem ao continente Africano.

Neste sentido, a NATO pretende afirmar-se como um facilitador, propondo-se promover o desenvolvimento de capacidades efectivas das Forças militares africanas com vista a serem capazes de realizarem operações de paz, em defesa da sua própria segurança e contribuindo assim para a estabilidade regional em África.

Por tudo isto, pensamos que o Programa de Apoio às Missões de Paz em África, conhecido por “PAMPA”, não constituindo um opositor à prestação portuguesa no quadro das Organizações, nem uma duplicação de esforços, constitui uma afirmação de capacidades.

A estratégia integrada de Portugal envolvendo a CPLP e África sobressai da intenção e da capacidade governativa de confluir projectos, alinhar estratégias, de apostar num reforço efectivo de meios e ainda no estabelecimento de prioridades nos objectivos consignados e nas verbas dispendidas, nomeadamente no emprego do Instrumento Militar.

O que significa considerar a cooperação com África, como uma aposta integral e coerente do Estado na consecução de objectivos vitais integrados na Política Externa e elevados agora à condição de “nacionais” e “estratégicos” assimilados desejavelmente numa Estratégia de Segurança Nacional, em que a Cooperação Técnico-Militar assume particular destaque e o Exército Português se realiza como seu principal agente.

Se a modalidade de acção estratégica de Portugal para a vertente sul do globo fica aqui definida, já a concepção das estratégias particulares, nomeadamente ao nível da defesa e da segurança são atribuídas à responsabilidade do Ministério da Defesa Nacional, deixando muitas vezes de funcionar completamente integrada no quadro dos outros vectores da cooperação do Estado. Uma temática sobre a qual será importante fazer uma reflexão...

Talvez por isso tenham desenvolvimentos distintos, apoios diferenciados e não lhe caiba integrar projectos interministeriais, como seria de todo desejável e uma Estratégia Nacional de Segurança advogaria.

A Comunidade carece, no nosso entender, de um fortalecimento interno que lhe permita assumir outras dinâmicas externamente.

Neste particular, Portugal pode e deve continuar a desempenhar um papel de relevo, pois constata-se que os Estados-membros têm preferido orientar a sua Política Externa para a cooperação directa inter-Estados, nomeadamente através de relações bilaterais, em detrimento de um multilateralismo formal apoiado na cooperação bi-multilateral e na dinamização da Comunidade como agente da Política Externa dos Estados-membros.

No futuro, a eventual influência crescente da Comunidade no seu espaço de inserção próprio, que pensamos ser o continente Africano, e mais concretamente como elemento de ligação com as Organizações Regionais Africanas, poderá mudar este cenário, cabendo aos países com maior potencial de desenvolvimento e prestígio organizacional, dos quais destacamos o Brasil, Portugal e Angola (este no quadro regional africano) um papel importante e até vital, no “despertar” da CPLP para África.

Esta visão do que pode ser o futuro da CPLP possibilita-lhe assumir outros desígnios na edificação de uma “nova” África e constituindo-se estrategicamente para Portugal, por meio de uma estratégia bi-multilateral proactiva, num dos principais vectores de cooperação com o continente africano.

Ligam-nos aos PALOP laços históricos, culturais, de afinidade e até de sangue, que levam a que estes países sintam que Portugal e os portugueses, dispõem da vontade e da capacidade de os compreender e apoiar na afirmação como nações independentes e relevantes nos contextos regionais de inserção.

O desenvolvimento destas capacidades é potenciado por um instrumento poderoso que é a Língua Portuguesa, que desejavelmente poderá permitir maior importância e relevo na nossa afirmação mundial, bem como na possibilidade de projecção de poder e influência em espaços de interesse geoestratégico conjuntural permanente, mormente em África.

Neste quadro, cabe realçar novamente o emprego do Instrumento Militar como vector estratégico de Portugal, que ao serviço da sua Política Externa, se constituem como agentes de uma Estratégia de Segurança Nacional.

Neste sentido, a cooperação nos sectores da segurança e defesa, em linha com as actuais políticas nacionais, no quadro da parceria para África, deverão constituir uma das apostas mais fortes no sector da cooperação, conferindo-lhe uma outra dimensão e visibilidade em prol da edificação do Estado Africano e beneficiando de uma prioridade mais elevada no quadro dos outros vectores da cooperação Portugal-África e Europa-África.

Como vimos, as Forças Armadas Portuguesas e, mais concretamente o Exército Português, ao darem corpo à Cooperação Técnico-Militar, têm vindo a constituir-se cada vez mais num eficaz instrumento da nossa Política Externa, e em particular da Política de Defesa Nacional, tornando-se na alavanca potenciadora de outras formas de cooperação, e elemento fundamental da preservação da língua, da cultura e do prestígio de Portugal no mundo.

Portugal pode e deve saber tirar partido do momento conjuntural que vivemos. devendo empenhar-se numa verdadeira

cooperação bi-multilateral estratégica com os PALOP e com África, evitando ser ultrapassado neste domínio por outros países seus concorrentes, quer no quadro da União ou no âmbito da Comunidade.

A Cooperação Técnico-Militar deve ser assim encarada como um “desígnio nacional”, dignificante para Portugal e para os portugueses, que concorre para incrementar o seu prestígio internacional, capaz de produzir vantagens económicas, além de reforçar a influência diplomática no mundo, contribuindo para a paz e desenvolvimento global.

Para terminar e em jeito de conclusões gostaria de salientar os seguintes aspectos:

Portugal, com poucos recursos materiais e financeiros, mas potenciando o valor dos seus recursos humanos, a sua aptidão político-diplomática, a excelência da Cooperação Técnico-Militar, a larga experiência em Operações de Apoio à Paz em África e ainda o vasto conhecimento do continente africano e das suas gentes, encontra-se em óptimas condições de desenvolver uma cooperação bi-multilateral estruturada, assumindo uma posição de charneira e de destaque no relacionamento com África, especialmente com as Organizações Regionais Africanas.

Assim, cremos que Portugal atravessa actualmente uma conjuntura potencialmente favorável, que lhe permitirá liderar e vocacionar as suas estratégias bi-multilaterais para esta realidade emergente, pois a actual configuração do Sistema Internacional aponta para uma crescente importância das Organizações Regionais Africanas e do continente africano nas actuais dinâmicas da globalização.

O emprego do Instrumento Militar e mais concretamente do Exército Português, no âmbito de uma “nova” Cooperação Técnico-Militar, actuando como produtor de segurança e de desenvolvimento sustentado nos Países de Língua Portuguesa faz-se de muitas formas e usando múltiplos vectores.

Contudo, pensamos que deve ser realizada num quadro de cooperação bi-multilateral, no pressuposto de que essas actividades serão bons contributos para uma Estratégia de Segurança Nacional.

Pensamos que este desiderato contribui para um melhor emprego do Instrumento Militar como produtor de segurança e de desenvolvimento, e possibilitará o reacender da “chama africana” que existe em cada português, condição fundamental para a afirmação estratégica de Portugal na CPLP, na Europa, em África e no Mundo.[1]

[1] Comunicação apresentada do âmbito da realização do 1º Congresso nacional de Segurança e Defesa.

[2] Major do Exército Português.

[3][http://www.parlamento.pt/OrcamentoEstado/Documents/gop/GOP_2010-2013_VF.pdf]

[4] Publicados em Diário da República, em 4 de Maio de 2010, a Directiva Ministerial de Defesa 2010-2013 (Despacho n.º 7769/2010 de 16 Abril) tem a finalidade de difundir as orientações e prioridades da Política de Defesa Nacional e das Forças Armadas para o quadriénio 2010-2013. A Directiva começa por caracterizar sumariamente o ambiente político-estratégico em que Portugal se insere; identifica as orientações e prioridades da Política de Defesa Nacional e termina com as determinações específicas do Ministro da Defesa Nacional. A Directiva Ministerial para a Implementação da Reforma (Despacho n.º 7770/2010 de 16 de Abril) tem a finalidade de estabelecer as orientações e prioridades a observar no processo de implementação das reformas resultantes ou subsequentes ao novo enquadramento legislativo em que se refere à situação legislativa e como

pretende a sua implementação e define o conceito para a implementação da reforma; traça os principais objectivos a alcançar; define as principais orientações para o planeamento e elabora as determinações específicas às entidades que irão implementar a Directiva.

[http://www.portugal.gov.pt/pt/GC18/Governo/Ministerios/MDN/Documentos/Pages/20100504_MDN_Doc_Directiva_Defesa.aspx].

116 TEXTOS RELACIONADOS:

2012/06/21

FORÇAS ARMADAS E A SUA RAZÃO DE SER. UM PROCESSO PEDAGÓGICO.

Jorge Sêrro Prazeres

2012/06/14

FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS EM DEBATE. UM PROCESSO PEDAGÓGICO

Jorge Sêrro M. Prazeres[1]

2012/04/20

REFLEXÃO SOBRE O SUCESSO DA INICIATIVA “SMART DEFENCE”

Pedro Santos Jorge[1]

2012/03/28

A DESPESA COM AS FORÇAS ARMADAS E A LINGUAGEM DOS NÚMEROS

João Pires Neves[1]

2012/02/08

A DEFESA ECONÓMICA EM PORTUGAL

Nuno Silva Domingos[1]

2012/01/26

THE VIRTUES OF DEBATING DEFENCE POLICY

Tiago Fernandes Mauricio[1]

2011/12/17

O PROCESSO DE PLANEAMENTO DE DEFESA DA OTAN – PONTO DE SITUAÇÃO

Pedro Santos Jorge[1]

2011/12/07

AFRICOM, UM OLHAR MAIS ABRANGENTE SOBRE ÁFRICA

Pedro Barge Cunha[1]

2011/11/10

OS COMENTADORES POLÍTICOS E A INSTITUIÇÃO MILITAR

José M. Castanho Paes[1]

2011/11/04

A GRANDE OPORTUNIDADE

Alexandre Reis Rodrigues

2011/06/28

A NOVA ESTRUTURA DA NATO. ALGUÉM GANHOU?

Alexandre Reis Rodrigues

2011/06/06

RACIONALIZAR, NÃO É A PALAVRA DE ORDEM?[1]

Alexandre Reis Rodrigues

2011/02/21

MARINHA DE DUPLO USO: UM CONCEITO PÓS-MODERNO DE UTILIZAÇÃO DO PODER MARÍTIMO[1]

Nuno Sardinha Monteiro e António Anjinho Mourinha[2]

2010/11/16

A NATO E PORTUGAL. ALINHAMENTOS PARA UM NOVO CONCEITO ESTRATÉGICO DA ALIANÇA

Lúis Brás Bernardino[1]

2010/09/15

SUBMARINOS - FACTOS E ARGUMENTOS *

Texto do CDS

2010/07/10

UMA POLÍCIA ÚNICA?[1]

Paulo Pereira de Almeida[2]

2010/06/16

AS “NOVAS” TAREFAS DAS FORÇAS ARMADAS: LIÇÕES DE VINTE ANOS DE MISSÕES EM ZONAS DE CRISE”[1]

Alexandre Reis Rodrigues

2010/05/15

FORÇAS ARMADAS - UMA ESTRATÉGIA DE MUDANÇA[1]

Alexandre Reis Rodrigues

2010/04/28

ENERGIA, UM TEMA CENTRAL DE SEGURANÇA E DEFESA

Alexandre Reis Rodrigues

2010/03/14

A SOBERANIA DOS ESTADOS E O MAR - A REALIDADE PORTUGUESA[1]

João Pires Neves[2]

2009/12/13

QUE CONTRIBUTOS DE PORTUGAL E DA CPLP PARA A ARQUITECTURA DE PAZ E SEGURANÇA AFRICANA?

Lúis Brás Bernardino[1]

2009/12/06

QUE FARIAM OS EUROPEUS SEM A NATO?[1]

Alexandre Reis Rodrigues

2009/09/28

SEGURANÇA NACIONAL, SERVIÇOS DE INFORMAÇÕES E AS FORÇAS ARMADAS[1]

Jorge Silva Carvalho[2]

2009/09/16

AS FORÇAS ARMADAS, O ESTADO E A NAÇÃO

João Brandão Ferreira

2009/09/10

ESTRATÉGIA AMERICANA PARA ÁFRICA: A IMPORTÂNCIA DO GOLFO DA GUINÉ

Lúis Falcão Escorrega[1]

2009/05/22

PARLIAMENTARY CONTROL OF ARMED FORCES” IN PORTUGAL[1]

Inês de Carvalho Narciso[2]

2009/04/27

COMBATE AO BIOTERRORISMO. PRIORIDADE NACIONAL?[1]

Alexandre Reis Rodrigues

2009/01/20

A REORGANIZAÇÃO DA ESTRUTURA SUPERIOR DA DEFESA[1]

Alexandre Reis Rodrigues

2008/12/10

CRIME ORGANIZADO E TERRORISMO NO SAHEL

José Vale Faria[1]

2008/12/05

POLÍTICAS DE SEGURANÇA E DEFESA EM ÁFRICA E PARA ÁFRICA[1]

Luís Brás Bernardino[2]

2008/11/18

CRISE NA INSTITUIÇÃO MILITAR

João Brandão Ferreira

2008/10/31

FORÇA ARMADAS – UMA QUESTÃO DE ESTADO

Alexandre Reis Rodrigues

2008/09/02

UM MERGULHO NA LÍBIA DE KADAFI

João Brandão Ferreira

2008/06/26

SUBVERSÃO E CONTRA-SUBVERSÃO [1]

Francisco Proença Garcia[2]

2008/06/20

UMA REFORMA MAL EXPLICADA [1]

Alexandre Reis Rodrigues

2008/04/29

ANGOLA: A NOVA RIQUEZA DA ÁFRICA E PARA O BRASIL

Fábio Pereira Ribeiro (Brasil)[1]

2008/03/10

UM OÁSIS NO “DESERTO” PORTUGUÊS: O COLÉGIO MILITAR

João Brandão Ferreira

2008/02/23

A IMPORTÂNCIA GEOESTRATÉGICA DO AFRICOM PARA OS EUA EM ÁFRICA

Luís Brás Bernardino[1]

2008/02/13

AS FORÇAS ARMADAS E O NOVO COMANDO OPERACIONAL CONJUNTO

Alexandre Reis Rodrigues

2008/02/11

REFORMA NECESSÁRIA?

João Ferreira Barbosa

2007/12/10

SEGURANÇA: VISÃO GLOBAL. A PERSPECTIVA DAS INFORMAÇÕES[1]

Jorge Silva Carvalho

2007/11/15

A IMAGEM PÚBLICA DAS FORÇAS ARMADAS NO QUADRO DAS SUAS MISSÕES

José Castanho Paes

2007/10/04

A GUARDA NACIONAL REPUBLICANA (GNR) NAS MISSÕES DE PAZ[1]

Francisco M. Rodrigues[2]

2007/10/03

A INDÚSTRIA DE DEFESA – ENQUADRAMENTO GERAL[1]

José Silva Carvalho[1]

Jose Silva Cordeiro[2]

2007/08/03

O CÓDIGO DO SILÊNCIO

Alexandre Reis Rodrigues

2007/06/18

DE COMO OPINAR COM CREDIBILIDADE ACERCA DAS FORÇAS ARMADAS. CONSIDERAÇÕES FINAIS

João Pires Neves[1]

2007/06/11

AS FORÇAS ARMADAS E OS “RECURSOS”. OS RECURSOS FINANCEIROS, OS NÚMEROS E O SEU SIGNIFICADO. (2ª PARTE) (I-A)

João Pires Neves[1]

2007/06/04

AS FORÇAS ARMADAS E OS “RECURSOS”. OS RECURSOS FINANCEIROS, OS NÚMEROS E O SEU SIGNIFICADO.

João Pires Neves[1]

2007/05/29

DEVEM OS CHEFES DE ESTADO MAIOR DECLARAR OS RENDIMENTOS?

João Brandão Ferreira

2007/05/28

AS FORÇAS ARMADAS E OS “RECURSOS”. OS RECURSOS HUMANOS E A FORMAÇÃO” (IV)

João Pires Neves[1]

2007/05/20

AS FORÇAS ARMADAS E OS “RECURSOS”. OS RECURSOS HUMANOS E A MOTIVAÇÃO (III)

João Pires Neves[1]

2007/05/14

AS FORÇAS ARMADAS E OS “RECURSOS”. OS RECURSOS HUMANOS E OS QUADROS DE PESSOAL (II)

João Pires Neves[1]

2007/05/07

AS FORÇAS ARMADAS E OS “RECURSOS”. OS RECURSOS HUMANOS E AS NECESSIDADES ORGANIZACIONAIS (I)

João Pires Neves[1]

2007/05/06

A GNR E O MAR TERRITORIAL (VERSÃO INTEGRAL DO ARTIGO PUBLICADO NO JORNAL PÚBLICO DE 5 MAIO)

Alexandre Reis Rodrigues

2007/04/30

AS FORÇAS ARMADAS E A “ORGANIZAÇÃO”. A COMPONENTE FIXA E A REESTRUTURAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS (3ª PARTE) (VI-B)

João Pires Neves[1]

2007/04/26

O GRANDE DESAFIO DA DEFESA

Grupo de Trabalho do Instituto Humanismo e Desenvolvimento[1]

2007/04/25

AS FORÇAS ARMADAS E A ECONOMIA

Alípio Tomé Pinto[1]

2007/04/20

AS FORÇAS ARMADAS E A “ORGANIZAÇÃO”. A COMPONENTE FIXA E A REESTRUTURAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS (2ª PARTE) (VI-A)

João Pires Neves[1]

2007/04/16

AS FORÇAS ARMADAS E A “ORGANIZAÇÃO”. A COMPONENTE FIXA E A REESTRUTURAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS (1ª PARTE) (VI)

João Pires Neves[1]

2007/04/14

CONHECIMENTO, USO E CONTROLO DO MAR PORTUGUÊS

José Castanho Paes

2007/04/09

AS FORÇAS ARMADAS E A “ORGANIZAÇÃO”. O SFN E A PROGRAMAÇÃO MILITAR [V-A]

João Pires Neves[1]

2007/04/05

A ALMA DAS INSTITUIÇÕES

Alípio Tomé Pinto[1]

2007/04/02

AS FORÇAS ARMADAS E A “ORGANIZAÇÃO”. O SFN E A PROGRAMAÇÃO MILITAR (V)

João Pires Neves[1]

2007/03/26

AS FORÇAS ARMADAS E A “ORGANIZAÇÃO”. O SISTEMA DE FORÇAS (1997), O 11 DE SETEMBRO DE 2001 E O SISTEMA DE FORÇAS (2004) (IV)

Autor: João Pires Neves[1]

2007/03/19

AS FORÇAS ARMADAS E A “ORGANIZAÇÃO”. O SISTEMA DE FORÇAS E A SUA ESTRUTURA ORGANIZATIVA (2ª PARTE) (III.A)

João Pires Neves[1]

2007/03/12

AS FORÇAS ARMADAS E A “ORGANIZAÇÃO”. O SISTEMA DE FORÇAS E A SUA ESTRUTURA ORGANIZATIVA (1ª PARTE) (III)

João Pires Neves[1]

2007/03/06

AS FORÇAS ARMADAS E A “ORGANIZAÇÃO”. O SISTEMA DE FORÇAS NACIONAL, O PLANEAMENTO E AS SENSIBILIDADES (II)

João Pires Neves[1]

2007/02/27

AS FORÇAS ARMADAS E A “ORGANIZAÇÃO”. O SISTEMA DE FORÇAS. A GRANDE REFERÊNCIA. (I)

João Pires Neves[1]

2007/02/16

AS FORÇAS ARMADAS E O “AMBIENTE NACIONAL” (II)

João Pires Neves[1]

2007/02/13

A (R)EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO ESTRATÉGICO[1]

João Vicente[2]

2007/02/12

AS FORÇAS ARMADAS E O AMBIENTE INTERNACIONAL (I)

João Pires Neves[1]

2007/02/10

O CERCO APERTA-SE

Eduardo Silvestre dos Santos

2007/02/05

AS FORÇAS ARMADAS – A “FINALIDADE E A MISSÃO”

João Pires Neves[1]

2007/01/29

DE COMO OPINAR COM CREDIBILIDADE ACERCA DAS FORÇAS ARMADAS

João Pires Neves[1]

2007/01/09

O NAUFRÁGIO [1]

Alexandre Reis Rodrigues

2006/12/03

ANTI-MILITARISMO PRIMÁRIO

José Castanho Paes [1]

2006/11/30

O SERVIÇO DE SAÚDE MILITAR NO PRINCÍPIO DO SÉCULO XXI EM PORTUGAL

João Brandão Ferreira

2006/10/22

TENDÊNCIAS DAS COMPONENTES TERRESTRES DAS FORÇAS ARMADAS

Miguel Moreira Freire

2006/10/01

O COMANDO OPERACIONAL DAS FORÇAS ARMADAS E O QUARTEL-GENERAL CONJUNTO. EQUÍVOCOS A DESFAZER.

Alexandre Reis Rodrigues

2006/09/21

BOLONHA, O ENSINO SUPERIOR MILITAR E A QUALIDADE

Casimiro Pacheco Talhinhas

2006/09/14

QUESTÕES QUE SE PÕEM AO ENSINO SUPERIOR MILITAR

João Brandão Ferreira

2006/07/07

O COLÉGIO MILITAR PARA ALUNOS EXTERNOS?

João Brandão Ferreira

2006/06/27

ORGULHOSAMENTE SÓS

António Borges de Carvalho

2006/06/08

FORÇAS INTERNACIONAIS EM TIMOR. CADEIA DE COMANDO

Américo Silva Santos

2006/06/07

A GNR E AS RELAÇÕES DE COMANDO. OUTRA PERSPECTIVA

António Borges de Carvalho

2006/06/06

A GNR E AS RELAÇÕES DE COMANDO

João Ferreira Barbosa

2006/06/01

REEQUIPAMENTO ADIADO

João Ferreira Barbosa

2006/05/06

O PRACE E A DEFESA NACIONAL

João Ferreira Barbosa

2006/03/27

O COMANDO SUPREMO DAS FORÇAS ARMADAS

António Borges de Carvalho

2006/03/21

O PRIMEIRO TIRO

Romeu Bentes Marcelo

2006/03/04

O MILITAR E O CIDADÃO E AS RELAÇÕES CIVIL-MILITARES (II PARTE)

João Brandão Ferreira

2006/03/03

O MILITAR E O CIDADÃO E AS RELAÇÕES CIVIL-MILITARES (I PARTE)

João Brandão Ferreira

2006/01/22

EXISTEM FORÇAS PARA AS MISSÕES?

João Nuno Barbosa

2006/01/22

CONVÉM NÃO PERDER CAPACIDADES

João Nuno Barbosa

2005/11/24

PORTUGAL E O MAR. UMA RELAÇÃO DIFÍCIL

João Ferreira Barbosa

2005/11/08

PORTUGAL: OS CONFLITOS MILITARES DOS ÚLTIMOS TRINTA ANOS

João Brandão Ferreira

2005/04/23

ALGUMAS PERGUNTAS AO MINISTRO DA DEFESA [1]

Alexandre Reis Rodrigues

2005/04/22

CAPACIDADE EXPEDICIONÁRIA OU DEFESA TERRITORIAL?

Alexandre Reis Rodrigues

2005/03/22

SEREIAS NA DEFESA

Américo Silva Santos

2005/03/21

POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL DO XVII GOVERNO CONSTITUCIONAL

Eduardo Silvestre dos Santos

2005/03/06

INDEPENDÊNCIA AMEAÇADA?

Alexandre Reis Rodrigues

2005/02/23

UM NOVO CICLO PARA A DEFESA? [1]

Alexandre Reis Rodrigues

2005/01/02

REFLEXÕES PROGRAMÁTICAS PARA A DEFESA[1]

Grupo Trabalho Reflexão e Defesa (IHD)

2004/06/29

ALGUNS CONTRIBUTOS PARA A DEFINIÇÃO DE UMA POLÍTICA DE DEFESA

Alexandre Reis Rodrigues

2004/05/17

POR UM CONCEITO DIFERENTE DE DEFESA

Rui Arrifano

2004/04/23

OS INVESTIMENTOS NA DEFESA

Alexandre Reis Rodrigues

2003/11/18

O COMANDO DAS FORÇAS ARMADAS E A REVISÃO CONSTITUCIONAL

António Borges de Carvalho

2003/09/30

SEGURANÇA NACIONAL - COMPONENTE MILITAR

Freitas Ribeiro Pacheco

2003/09/29

TELEVISÃO PÚBLICA

Dr. António Borges de Carvalho

2003/06/13

UM NOVO CICLO DE PLANEAMENTO

Alexandre Reis Rodrigues

2002/10/02

DISCUSSÃO PÚBLICA DAS BASES DO CEDN

Alexandre Reis Rodrigues

2002/09/16

A PROPÓSITO DA DISCUSSÃO DAS BASES DO CEDN

Alexandre Reis Rodrigues

2002/08/21

DEFESA, INTERESSES NACIONAIS E AMEAÇAS

Alexandre Reis Rodrigues

2001/06/20

O LIVRO BRANCO DE DEFESA NACIONAL

Alexandre Reis Rodrigues

2001/05/02

A REFORMA DAS FORÇAS ARMADAS

Alexandre Reis Rodrigues

2000/05/03

POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL. AS NOVAS MISSÕES DAS FAs

Francisco Proença Garcia